

## CATALOGAÇÃO CENTRALIZADA A NÍVEL INTERNACIONAL

por LUCÍLIA MATOS PAIVA

Entre os vários projectos de catalogação em cooperação a nível nacional e internacional, empreendidos nos Estados Unidos, o mais recente e mais audaz é o de catalogação centralizada chamado Shared Cataloging Program <sup>(1)</sup>, que constitui, segundo o director duma biblioteca universitária, «a inovação mais notável e mais importante, registada no domínio da Biblioteconomia, desde que Melvil Dewey pôs em funcionamento a ficha tipo e que a Biblioteca do Congresso empreendeu distribuir as fichas a outras bibliotecas».

Visto ser um assunto de interesse para os bibliotecários de todo o mundo, vamos apresentar uma visão rápida da origem e desenvolvimento deste projecto.

No decurso do último decénio todos os administradores de bibliotecas, pelo menos dos Estados Unidos, puderam constatar que o seu pessoal técnico, que é difícil de recrutar e de manter e cujas especializações particularmente no plano linguístico são forçadamente limitadas, não podem continuar a assegurar rapidamente a classificação e catalogação das publicações recebidas em número sempre crescente, e em particular textos em línguas estrangeiras.

No Outono de 1963, Ralph Ellsworth, director das bibliotecas da Universidade do Colorado, num estudo publicado em «The Colorado Academic Library», afirmava a sua convicção de que havia chegado o momento oportuno para um vasto plano de catalogação centralizada, já que o que até então se tinha feito, principalmente pela Biblioteca do Congresso, era insuficiente.

Em Novembro deste mesmo ano, realizou-se com grande concorrência a reunião da Potomac Technical Processing Librarians, em Washington, e várias associações informaram sobre diversos aspectos do problema da centralização, tanto no ponto de vista nacional, como internacional. Nesta ocasião, o secretário executivo da «American Library Association», James Skipper, pôs em relevo que a maior parte das bibliotecas de investigação haviam tido uma

---

<sup>(1)</sup> Para a elaboração deste trabalho servimo-nos dos artigos: *Un nuevo programa de catalogación centralizada a nivel internacional*. «Boletín da Dirección General de Archivos y Bibliotecas», Madrid, 15(93) Ene.-Feb. 1967, p. 3-6 e *Coopération internationale et catalogage*. «Bulletin de l'Unesco à l'intention des bibliothèques», Paris, 22(1) Jan.-Fév. 1968, p. 9-12.

ideia clara do problema e citou o Public Law 480 Program da Biblioteca do Congresso como um bom exemplo de catalogação centralizada.

Este foi também o tema principal de uma reunião da ALA, que teve lugar na Biblioteca do Congresso, nos dias 2 e 3 de Dezembro do mesmo ano.

Em 1964, o director da Biblioteca da Universidade de Princeton, Williams S. Dix, em nome do Committee on Shared Cataloging, criado pela Association of Research Libraries (ARL), em Janeiro do mesmo ano, apresentou, na 64.<sup>a</sup> reunião da dita associação, uma informação interessantíssima que foi discutida a 27 de Junho no Memorial Library da Universidade de São Luis. Segundo esta informação, 54% da catalogação realizada pelas bibliotecas da ARL, utilizava o material proporcionado pela Biblioteca do Congresso, e 46% fazia-se nas ditas bibliotecas, particularmente. O problema devia centralizar-se de modo a reduzir ao mínimo essa elevada percentagem de catalogação original. Como Ralph Ellsworth, Williams S. Dix crê que tinha chegado a altura de resolver este problema fundamental, tendo em conta, sobretudo, o grande número de publicações estrangeiras adquiridas por todas as bibliotecas e os progressos da tecnologia aplicáveis à catalogação.

De entre as conclusões do Committee ou Shared Cataloging, destacam-se, pelo seu interesse, três aspectos: catalogação centralizada melhor que cooperativa; importância do factor tempo, já que as bibliotecas, recebendo as fichas da oficina central com muito atraso, se decidem pela catalogação original; e comparação entre o custo da catalogação, utilizando o exemplar centralizado e a catalogação directa. Considera igualmente o dito Comité que os livros da Europa Ocidental e o Farmington Plan podem servir de base ideal para o estudo do problema.

O ano de 1965 foi decisivo para o êxito do plano. A 3 de Julho teve lugar a 66.<sup>a</sup> Reunião da ARL, em Detroit. O presidente declarou que se estava a dar preferência a este programa sobre os demais, devido à necessidade de que a informação catalográfica, proporcionada pela Biblioteca do Congresso às bibliotecas de investigação, chegasse com maior rapidez. Para isso a ARL crê que o meio mais apropriado era a catalogação centralizada, realizada pela Biblioteca do Congresso e sustentada pelo Governo Federal. Aumentava-se, pois, os recursos da biblioteca em matéria de catalogação, criando-se assim um centro oficial que asseguraria eficazmente os trabalhos de catalogação.

O dinheiro necessário a este empreendimento surgiu, quando reunidos o Senado e a Câmara de Representantes dos Estados Unidos no seu 89.<sup>o</sup> Congresso, se aprovou a acta que por decreto devia ser chamada «Higher Education Act of 1965». É autorizado um crédito que se eleva a 5 milhões de dólares para o ano fiscal que termina a 30 de Julho de 1966, e outros dois de 6 315 000 e 7 700 000, respectivamente para os anos fiscais a terminar a 30 de Junho de 1967 e 1968, com destino à Biblioteca do Congresso, para os seguintes fins:

1 — Adquirir tão rapidamente quanto possível todos os materiais de bibliotecas, publicados recentemente em todo o mundo e que sejam úteis para a educação.

2 — Proporcionar informação catalográfica para estes materiais, imediatamente depois da sua aquisição e distribuir a informação bibliográfica mediante fichas impressas, assim como

por outros meios, permitindo que a Biblioteca do Congresso utilize com fins de troca e para outros fins os materiais adquiridos que não necessite para as suas próprias colecções».

Antes mesmo que os fundos fossem postos à sua disposição, em Maio de 1966, a Biblioteca do Congresso começou a preocupar-se com a tarefa que lhe fora atribuída. Estava já fazendo progressos para o desenvolvimento do programa, além de atender às necessidades da maior parte das bibliotecas americanas mediante a catalogação dos livros correntes dos Estados Unidos e a distribuição das suas fichas impressas. E não só beneficiam destas fichas as bibliotecas dos Estados Unidos, como muitas outras da América do Sul as usam nos seus catálogos com rendimento positivo, apesar da diferença de idioma.

Em breve se reconheceu que para assegurar a aquisição de todas as publicações próprias para a educação, que apareciam no mundo inteiro, e para poder difundir depois rapidamente as informações catalográficas relativas a estas publicações, era necessário completar os programas de troca já em curso de execução, graças a novos esforços de cooperação. Também a Biblioteca do Congresso tomou a seu cargo examinar a possibilidade de desenvolver a cooperação internacional, sobretudo em matéria de catalogação. Tido em conta o crescimento previsto do número de publicações estrangeiras a adquirir, a falta de catalogadores qualificados e a necessidade de acelerar as operações, põe-se a questão se seria possível utilizar as notícias das bibliografias nacionais para facilitar a catalogação.

«Organiza-se então em Londres uma reunião, a 13 de Janeiro de 1966, preparada e presidida por Frank Francis, director do British Museum, na qual participaram representantes de quatro bibliotecas nacionais europeias—Inglaterra, França, Alemanha Ocidental e Noruega—além de ilustres bibliotecários americanos, entre os quais L. Quincy Munford, director da Biblioteca do Congresso, e Johannes L. Dewton, então chefe associado da Union Catalog Division, com vista à realização do novo programa. Nesta ocasião L. Quincy Munford, expõe a ajuda que a Biblioteca do Congresso desejava obter para este programa, no qual todos os participantes se mostraram prontos a colaborar. Foi então combinado que a Biblioteca do Congresso aceitaria para futuro utilizar, para estabelecer os seus catálogos, as notícias das bibliografias nacionais dos países participantes no programa e dos outros países com bibliografias satisfatórias, sempre que as descrições contidas nas mesmas tenham dados suficientes para se poderem ajustar, se necessário, às normas da Biblioteca do Congresso e às contidas nas Anglo-American Cataloging Rules.

Um inquérito mostrou que reúnem estas condições as bibliografias de 18 países, entre os quais a Espanha.

Os participantes nesta reunião reconheceram que a adopção e aplicação do princípio do «Catálogo em Cooperação» permitia uniformizar, no plano internacional, a descrição das publicações, apoiando-a nas notícias da bibliografia nacional do país de origem. Sublinharam que comunicando-se estas notícias antecipadamente, podia haver um controlo bibliográfico mais rápido, redução dos gastos do catálogo nas bibliotecas do mundo inteiro, aumento do volume de vendas de publicações no plano internacional e forne-

cimento mais rápido, aos estudiosos, dos instrumentos de trabalho próprios a facilitar as suas investigações.

O primeiro ensaio de catalogação em cooperação data de Abril de 1966. Foi concluído um acordo com os responsáveis do British Museum e a British National Bibliography (BNB), tendo a Biblioteca do Congresso imprimido e distribuído as primeiras fichas impressas, que foram recebidas com entusiasmo.

Os aspectos fundamentais e as características do processo são as seguintes:

- 1 — Os livros são proporcionados pelo British Museum;
- 2 — As informações são preparadas pela British National Bibliography;
- 3 — Os dados descritivos (título, pé de imprensa e colação) são tão completos como os da Biblioteca do Congresso e inclui-se além disso o preço e o número da BNB;
- 4 — Na Biblioteca do Congresso, tanto as informações principais como as secundárias se ajustam, se necessário, ao padrão da dita biblioteca e ao código Anglo-American Cataloging Rules. Os encabeçamentos de matéria estão sendo atribuídos segundo as classificações da Biblioteca do Congresso e de Dewey.

Os resultados iniciais desta tentativa, visando tirar partido das bibliografias nacionais, incitaram Frank Francis, director do British Museum, a declarar no decurso da alocação que pronunciou então como presidente da 32.<sup>a</sup> reunião anual da Federação Internacional das Associações de Bibliotecários em Haia, em Setembro de 1966, que «... a primeira experiência estabeleceu claramente o valor deste método de carácter essencialmente prático». Se é possível pôr em estado de funcionar plenamente as modalidades duma tal colaboração e de a tornar verdadeiramente eficaz «isto significará que nós começamos enfim a deixar o espírito prático jogar um papel no regulamento dos nossos problemas e que o nosso sonho de cooperação, que se tem frequentemente quebrado pelas formalidades, pode enfim realizar-se». Este primeiro ensaio de catalogação em cooperação, tendo demonstrado que o projecto era viável, leva o director do departamento das operações técnicas da Biblioteca do Congresso a dirigir-se a Paris, a Wiesbaden, a Oslo e a Viena, para concluir acordos análogos com as bibliotecas e com os responsáveis da compilação das bibliografias nacionais correntes.

A reunião da FIAB forneceu uma excelente ocasião de descrever o programa de catalogação em cooperação e de solicitar novos concursos. Os directores das bibliotecas nacionais da Europa Oriental reúnem-se em seguida em Viena, a título não oficial, para aí se encontrarem com o director, o director adjunto e outros membros do pessoal da Biblioteca do Congresso e estudarem com eles a possibilidade de aplicar um programa de catalogação em cooperação e do aumento das aquisições a que pertencem as publicações originárias da Europa Oriental. A Áustria, a Bulgária, a Hungria, a Polónia, a Roménia, a Checoslováquia e a Jugoslávia estavam presentes nesta reunião, cujos resultados pareceram cheios de promessas a todos os participantes. L. Quincy Munford, dirige-se mais tarde à Jugoslávia e Polónia, assim como à URSS, país que não tinha podido fazer-se representar em Viena, para discutir este programa com altos funcionários.

Em Julho de 1967, os programas de catalogação em cooperação tinham sido postos em acção em Paris, Oslo, Wiesbaden, Viena, Belgrado, Haia e Londres. As repartições encarregadas deste trabalho fornecem as informações bibliográficas sobre as publicações que aparecem tanto na Suécia, Dinamarca e na Suíça, como também nos países onde estão situadas.

Por outro lado, repartições regionais de aquisição têm sido criadas em Nairobi e no Rio de Janeiro para facilitar, conforme ao princípio formulado no Higher Education Act (HEA) de 1965, a aquisição das publicações próprias a interessar os estudiosos, qualquer que seja o país donde são originárias.

A possibilidade de tomar disposições análogas em vista a aplicar sistemas de catalogação em cooperação em Itália e em Espanha, foi examinada em 1967 e espera-se que tais programas possam ser elaborados no decurso do exercício financeiro de 1968. Empreendeu-se igualmente investigar os meios de catalogar em cooperação as publicações editadas no Extremo-Oriente.

As emendas ao Higher Education Act, propostas pela Biblioteca do Congresso, foram incluídas no projecto de lei tendente a prorrogar o Higher Education Act por 5 anos.

Permitem à Biblioteca do Congresso:

a) — Comprar, com o fim de utilização no mesmo país, vários exemplares de publicações adquiridas no quadro do Shared Cataloging Program;

b) — Estender os programas bibliográficos que ela executa a título do HEA, produzindo listas bibliográficas, reportórios, etc., assim como fichas e dados catalográficos decifráveis por meio de máquinas e fazer figurar nestes reportórios documentos adquiridos anteriormente, além daqueles que venham a ser recebidos;

c) — Servir, fornecer outras bibliotecas americanas situadas em regiões onde o comércio do livro não é organizado com vista à exportação e onde a biblioteca dispõe de representantes. As bibliotecas beneficiárias pagariam as obras encomendadas, mas os gastos administrativos seriam a cargo da Biblioteca do Congresso. O projecto de lei actual prevê que a execução do Shared Cataloging Program será prolongado por 2 anos somente, mas a Biblioteca do Congresso e as grandes associações de bibliotecários americanos pronunciaram-se a favor dum prolongamento de 5 anos, como no caso doutros programas relevantes do HEA.

Se bem que os efeitos do Shared Cataloging Program sejam já sensíveis, tanto na Biblioteca do Congresso como noutras bibliotecas que beneficiam da aceleração dos trabalhos de catalogação, o pôr em aplicação completa este programa não será possível senão a partir do momento em que todos os créditos, cuja abertura foi autorizada, sejam disponíveis. É necessário, por outro lado, que os outros países intensifiquem o notável esforço de cooperação que dispendem já, e que a Biblioteca do Congresso, como o conjunto das bibliotecas dos Estados Unidos, lhes agradece, para que este empreendimento verdadeiramente internacional tenha plenamente os seus frutos. Os trabalhos já realizados têm mostrado quanto importa que todos os países, incluindo aqueles que estão em vias de desenvolvimento, estabeleçam uma bibliografia nacional corrente.

Os resultados das operações de catalogação em cooperação são consignados não só nas fichas da Biblioteca do Congresso e em parte, a título experimental, nas bandas magnéticas decifráveis por máquinas (MARC), mas também no National Union Catalog, publicado pela referida biblioteca, e que tende a tornar-se um repertório onde são recensadas todas as publicações de interesse, originárias de qualquer país.

Também o Comité Consultivo Internacional da Documentação das Bibliotecas e Arquivos da Unesco, na sua primeira sessão em Paris, de 26 a 29 de Setembro de 1967, se mostrou interessado no programa de catalogação em cooperação, para o qual a Unesco havia sido convidada a tomar parte pelo Conselho Geral da Federação Internacional das Associações de Bibliotecários, na 33.<sup>a</sup> reunião de 1967, em Toronto.

Julga o Comité que a Unesco deverá participar no desenvolvimento destas actividades no plano internacional, estabelecendo uma ligação com a Biblioteca do Congresso, com as organizações internacionais governamentais e não governamentais e os organismos nacionais. Para a Unesco é essencial que a transferência bibliográfica se opere nos dois sentidos, e há que ter em conta, também, as necessidades dos países em vias de desenvolvimento.

Esta decisão da Unesco integra-se no seu programa a longo prazo, conforme o plano estabelecido pelo dito Comité.

O Shared Catalog Program será, pois, proveitoso aos bibliotecários e aos estudiosos do mundo inteiro.